

CORREIO POLÍTICO

Reprodução/Instagram



Mezzo centro, mezzo direita, mezzo centro-direita: opções

Caiado reforça jogo presidencial de Kassab

Se o PSD fosse uma pizzaria rodízio, nessa primeira rodada antes da oficialização das candidaturas presidenciais, o "maitre" do partido, Gilberto Kassab, estaria oferecendo aos clientes pizzas mezzo direita, mezzo centro-direita e mezzo centro. Para deixar que na segunda rodada o comensal/eleitor decida qual fatia vai querer repetir. Com a filiação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, Kassab coloca no jogo eleitoral ele, que é uma opção marcadamente de direita; o governador do Paraná, Ratinho Jr, um nome identificado com a centro-direita, e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, tido como opção mais moderada. Mas, principalmente, a filiação de Caiado reforça que a intenção é ter mesmo um nome na corrida.

Primeiro aceno em 16 de janeiro

O primeiro aceno foi dado em 16 de janeiro, e anotado aqui no Correio Político. Foi quando Kassab pediu que um vídeo de uma entrevista de Ratinho Jr na qual ele se coloca como opção presidencial fosse compartilhado ao máximo. Toda essa movimentação de Kassab decorre da constatação de que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não sairá mesmo candidato à Presidência.

Bruno Peres/Agência Brasil



Para Kassab, Flávio não agrupa alianças ao centro

Kassab não quer Flávio

Se Tarcísio saísse à Presidência, poderia ser outro o jogo do PSD. Mas, sem Tarcísio, Kassab não quer já no primeiro turno ver-se obrigado a manter a polarização política, apoiando seja a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou a eleição do senador Flávio Bolsonaro (PL). Kassab tem um pé em cada canoa. Tem ministros no governo de Lula, está no governo Tarcísio e tem políticos ligados ao bolsonarismo. No mínimo, uma candidatura própria lhe dará bom cacife para negociar para onde irá no segundo turno.

Flávio estreitaria alianças

Mas ele não deixa de calcular a possibilidade de acabar sendo capaz de construir, sim, uma candidatura que coloque o PSD no segundo turno contra Lula. Por uma razão básica: palanques regionais. Kassab tem uma avaliação de que a candidatura de Flávio estreita a possibilidade de formação de palanques regionais mais ao centro. Ele tenderia as chapas mais para a direita.

POR
RUDOLFO LAGO

Santa Catarina

O caso de Santa Catarina é o primeiro exemplo prático de que tal tendência possa mesmo acontecer, a partir da chapa formada pelo governador Jorginho Mello (PL). Mello fechou sua chapa à direita, tendo como parceiro do PL o Novo. Escanteou o senador Esperidião Amim (PP) para o Senado. E escanteou o MDB.

Chapecó

O cargo de vice-governador estava prometido para o MDB. O resultado foi o rompimento do MDB. Que agora planeja concorrer com Mello. E quem pode ser o parceiro nessa chapa? Exatamente o PSD. Circula a hipótese de o candidato a governador ser o prefeito de Chapecó, João Rodrigues, que é do PSD.

No DF

Há outros exemplos. A disposição no DF de o PL ter como candidatas Michelle Bolsonaro e a deputada Bia Kicis vai na mesma direção. Faz a possibilidade de composição com nomes mais ao centro. O PSD tem um nome forte na disputa para o governo, José Roberto Arruda. E ele ainda não definiu sua chapa.

Goiás

Em linha semelhante, o PSD calcula que sua disposição presidencial facilitará outros arranjos regionais por oferecer opção mais moderada e mais aberta a acertos. Goiás é um caso mencionado, pela força que tem Caiado no estado. O Paraná, com Ratinho Jr, seria outro exemplo de controle grande da situação política pelo partido.

No Sul

Há uma outra situação a ser observada no Rio Grande do Sul. O PP rachou no estado. Parte queria permanecer aliada a Eduardo Leite, parte queria deixar o governo para apoiar Luciano Zucco, do PL. Prevaleceu a decisão de sair do governo Leite. Com isso, é possível que a parte derrotada acabe indo para o PSD.

Flávio

Enfim, o grande problema de Flávio Bolsonaro é convencer o Centrão de que haverá espaço na sua candidatura presidencial. Se ele não for capaz disso no pouco tempo que lhe resta até as definições de abril, há uma chance de o PSD engolir as composições regionais. Pelo menos é nisso que Gilberto Kassab aposta.



Influenciadores teriam sido pagos para desgastar o BC

Caso Master: “influencers” entram na mira da PF

Suspeita é de propaganda paga contra o Banco Central

Por Beatriz Matos

A Polícia Federal abriu nesta quarta-feira (28) um novo inquérito para investigar influenciadores digitais que teriam sido pagos para defender o Banco Master e atacar o Banco Central nas redes sociais. A apuração foi autorizada pelo ministro Dias Toffoli, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), e se soma às investigações já em curso sobre suspeitas de fraude financeira envolvendo a instituição comandada por Daniel Votorato.

A nova linha de investigação mira a possibilidade de uma campanha digital orquestrada e remunerada, com o objetivo de descrenibilizar o Banco Central (BC) após a decretação da liquidação extrajudicial do Master, ocorrida em novembro do ano passado.

Esquema

As suspeitas surgiram após influenciadores digitais ligados à direita relatarem terem sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos criticando a atuação do BC e questionando a decisão que levou ao fechamento do banco. Um dos primeiros a tornar o caso público foi o vereador de Erechim (RS) Rony Gabriel (PL), que afirmou ao jornal O Globo ter sido procurado por pessoas ligadas a Daniel Votorato.

Segundo o relato, a estratégia consistiria em difundir a narrati-

va de que a liquidação teria sido precipitada e tecnicamente questionável, colocando em xeque a credibilidade da autoridade monetária e criando instabilidade no debate público sobre o sistema financeiro.

A Polícia Federal avalia se a atuação dos influenciadores pode configurar obstrução de Justiça ou interferência na instrução do processo que investiga o caso Master. Os investigados analisam se houve desinformação coordenada e paga, com potencial de afetar a condução das apurações e a confiança nas instituições.

Pela legislação brasileira, o crime de obstrução de Justiça ocorre quando alguém “impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa”, com pena prevista de três a oito anos de reclusão, além de multa.

Antes de autorizar a abertura do novo inquérito, Toffoli recebeu da PF um relatório preliminar com análise de postagens, vídeos e conexões entre os conteúdos publicados. A partir desse material, o ministro entendeu haver indícios suficientes para aprofundar a investigação em uma frente específica voltada à atuação digital.

O Banco Master segue no centro de um inquérito no STF que apura suspeitas de fraude financeira.